

O protesto dos empresários e o peito do ministro

Tudo aquilo que se diz a respeito da distribuição de rendas no Brasil é a mais pura verdade: realmente é um escândalo a má distribuição dos benefícios do trabalho e do desenvolvimento em nosso país. Para se ter uma idéia de como a renda está concentrada entre nós, podemos pegar, como modelo-padrão, o preço de venda de um automóvel e a destinação do dinheiro arrecadado, depois dos últimos aumentos autorizados pelo Plano Cruzado II.

Tomemos, como exemplo, um carro que custa, hoje, 234 mil cruzados (100 mil antes de 21 de novembro). Desse total pago pelo consumidor, 75 mil cruzados, quer dizer, menos de um terço, vai para o setor privado. Para ser dividido entre os donos da empresa industrial, seus acionistas, seus fornecedores, seus empregados e os revendedores. Sem contar que dos salários dos trabalhadores já são descontados, diretamente, o Imposto de Renda e a contribuição previdenciária; e que as empresas ainda precisam pagar com o resultado da venda de seus produtos os encargos sociais, que chegam a 90% da folha de salários. Enquanto isto, o governo — o Estado —, sem fazer absolutamente nada de produtivo, sem correr o menor risco, embolsa todo o resto do valor da venda desse automóvel. No caso citado, 159 mil cruzados, mais do dobro de todo o sistema produtivo. É ou não é escandaloso?

Mas esta história não deve causar espanto, há casos ainda piores, como o do cigarro, em que a fatia do setor inútil (leia-se o Estado) é muito maior. Fora o que, episodicamente, o governo tira do bolso do contribuinte, despudoradamente, com seus compulsórios cada vez mais freqüentes ou a título de contribuição para os mais diversos fundos, e outras inventivas criações da burocracia, que para essas coisas sabe muito bem usar a imaginação. O despudor com que o governo explora o trabalho alheio atingiu, porém, um tal grau, que até o sr. Albano Franco, criticado por nós recentemente por ter sido um dos mais típicos representantes de uma mentalidade empresarial gerada e fortalecida na ditadura, que faz com que os grandes empresários rarissimamente protestem contra qualquer ação das autoridades, mesmo quando são lesados, sentiu-se forçado a reagir e fechou o ano com um protesto de raras felicidades e oportunidade.

“O mais terrível dos mundos para o empresário é o mundo da incerteza. Nós convivemos com o risco e sabemos lidar com ele. Mas esta história de congela por nove meses; descongela; volta a congelar; regulamenta agora; desregulamenta amanhã; tabela; destabela constitui incerteza intolerável para investir e programar nossos negócios. Repito: qualquer regra é melhor do que nenhuma regra” — disse o presidente da CNI. Albano Franco fez questão de lembrar ainda que cada cruzado a mais para o setor público é um cruzado a menos para o setor privado. E um cruzado perdido, acrescentaríamos nós.

O que parece mais incrível não é, no entanto, o fato de um líder da classe empresarial ter mostrado, assim com toda a franqueza, as coisas como elas realmente são. O mais espantoso foi a resposta que ele ouviu do ministro da Previdência Social, Rafael de Almeida Magalhães. Uma reação que expõe a metamorfose por que passam todos os políticos brasileiros quando abandonam pequenos partidos e os duros labores oposicionistas para ocupar algum cargo no governo. O sr. Rafael de Almeida Magalhães tem suas origens políticas no lacerdismo e vem de uma família de sólidas tradições liberais, o que deveria tê-lo capacitado para entender que o governo não gera riquezas, só as consome. Mesmo assim, teve a coragem de contestar publicamente um diagnóstico incontestável como o que foi feito pelo sr. Albano Franco.

Ademais, ainda teve o peito de acusar os empresários de não ter investido o suficiente para que a economia brasileira pudesse acompanhar a explosão do consumo provocada pelo plano Cruzado I. Será que não ocorre ao antigo discípulo do governador Carlos Lacerda que num país onde a d. Conceição Tavares é diariamente ouvida e levada a sério pelos executores da política econômica do governo só um louco investiria um tostão em qualquer atividade privada? Um país onde o governo, além de levar a sério d. Conceição, ainda abriga políticos como o sr. Renato Archer, que não hesita em fazer o que sabe ser altamente lesivo à economia nacional para saciar sua volúpia pessoal de poder, não pode se queixar da falta de investimentos, pois mostra claramente que não os deseja.

Um país como este está condenado a andar para trás. Como aconteceu nas últimas décadas com um antigamente poderoso e próspero vizinho nosso chamado Argentina. Porque não tenham dúvidas os homens como os srs. Funaro e Magalhães que, quando sobem ao governo, esquecem tudo o que aprenderam em suas vidas profissionais e políticas: se agora são apenas os empresários estrangeiros que estão fugindo do Brasil como o diabo foge da cruz, não vai demorar a hora em que todo cidadão brasileiro que seja capaz de criar riquezas irá procurar outros lugares para trabalhar. Porque não se iludam: há muitos países no mundo que estão abertos à participação desses empreendedores e criadores de riqueza, independentemente de suas nacionalidades.

Por uma dessas infelizes coincidências, a mesma página do Jornal da Tarde de ontem, que trazia a informação do bate-boca ocorrido no almoço de fim de ano da Confederação Nacional de Indústria, noticiava a assinatura próxima pelo presidente José Sarney de um novo decreto na área da Previdência Social. Esse mesmo presidente que vive dizendo que, onde a empresa privada desaparece, desaparece também a liberdade, vai tirar mais sete bilhões de cruzados das empresas para jogar nos cofres do ministério administrado pelo sr. Magalhães.

Para quê? Como explica o próprio ministro da Previdência Social, para conceder benefícios sociais mais amplos, como a elevação, para 95% do salário mínimo, do pagamento mais baixo feito pelo governo a 4,1 milhões de beneficiários desse serviço (hoje muitos ganham até 40% do salário mínimo). É só esse tipo de benefício, esta aviltante aposentadoria ou pensão, essa vergonhosa esmola que o Estado consegue distribuir, graças aos assaltos que ele pratica cada vez com maior freqüência contra o setor produtivo da economia, adiando cada vez mais o dia em que o Brasil ingressará no clube restrito dos países onde a miséria desapareceu.

Alega o sr. Rafael Almeida Magalhães, à guisa de defesa, que não foi por culpa deste governo que o Estado no Brasil tem funções tão exorbitantes. Ninguém está acusando o governo Sarney de haver criado tal situação. O que é surpreendente, dadas as esperanças que gerou, é que a atual administração tenha superado de forma impressionante tudo o que os cinco governos militares fizeram em 20 anos de ditadura para fomentar esta exorbitância.

Não é ainda sem tempo que reações como a do sr. Albano Franco comecem a aparecer. Se o Plano Cruzado serviu para que os empresários desmamem do governo e se disponham a lutar por seus direitos, já terá causado um grande benefício à economia do País.